



O PODER DE RESISTIR – ALTERNATIVAS DA COMUNICAÇÃO NOS TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS DEMARCADOS PELA GEOGRAFIA DA TELEVISÃO

Mara Rovida¹

Júlio Gonçalves²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo registrar a experiência das Rodas de Conversa com pesquisadores e comunicadores contra hegemônicos das cinco regiões do Brasil. Os encontros fizeram parte da disciplina Comunicação e Territorialidades, organizada por seis PPGs de Comunicação e Jornalismo do país em 2021 e foram gravados para posterior divulgação no podcast PapoCom. Além disso, apresenta-se uma reflexão inicial sobre as relações de poder observadas no processo de concessão pública de radiodifusão no Brasil o que orienta pesquisa doutoral em andamento em um dos programas participantes da atividade aqui registrada. Os dois objetivos acionados em diálogo permitem uma ponderação pautada pela análise documental das falas dos comunicadores participantes da atividade e o histórico de concessão pública de radiodifusão – alcançado por uma revisão de literatura – e sua possível interferência na geografia dos territórios simbólicos.

PALAVRAS-CHAVE: *Comunicação (contra)hegemônica. Concessão de radiodifusão. Pesquisa documental. Revisão de literatura.*

ABSTRACT: This paper aims to register the Conversation Wheel with communication researchers and counter-hegemonic communication professionals from five Brazilian regions. The meetings were part of Communication and Territorialities course offered by six Brazilian Postgraduation Programs of Communication and Journalism during 2021. The Conversations Wheel were recorded for a posterior exhibition in PapoCom podcast. Besides, we present an initial reflection about Brazilian broadcasting public concession and its power relations what is part of PhD research in progress. Both objectives put in dialogue allow us to make a point based on a documental analysis of communication professional participants in the activity and a literature revision of Brazilian broadcasting public concession and its possible interference in the geography of symbolic territories

KEYWORDS: *(Counter-)hegemonic Communication. Broadcasting concession. Documental analysis. Literature revision.*

¹ Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, doutora em Ciências da Comunicação pela USP, mestre em Comunicação Social pela FCL e jornalista. E-mail: mararovida@gmail.com

² Doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba. E-mail: goncaju2@gmail.com

Revista ALTERJOR

Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)

Ano 13 – Volume 02 – Edição 26 – Julho-Dezembro de 2022

Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, São Paulo, CEP: 05508-020

Introdução

Seis programas de pós-graduação³ das áreas de Comunicação e Jornalismo, representativos das cinco regiões geográficas do Brasil, ofereceram de forma integrada, no primeiro semestre de 2021, a disciplina Comunicação e Territorialidades. A experiência, um tanto incomum em cursos de mestrado e doutorado, foi facilitada pela necessidade de se ministrarem aulas virtuais em decorrência das restrições impostas pela pandemia da Covid-19, o que permitiu a professores e a alunos de diversas universidades em distintos estados estarem presentes simultaneamente às aulas. A participação nos encontros, as leituras debatidas, o compartilhamento de conhecimentos e vivências entre professores e estudantes e, sobretudo, as Rodas de Conversa, que abriram cada um dos cinco módulos em que foi estruturada a disciplina, motivaram as reflexões a serem expostas neste artigo.

Inicialmente, esclarece-se que tais reflexões resultam da sinapse entre os encontros da disciplina no semestre e uma pesquisa de doutorado em andamento. A pesquisa mencionada parte do pressuposto de que a distribuição dos sinais de radiofrequência no Brasil, na faixa destinada à radiodifusão pública e gratuita, demarca territórios, tal como outros recortes utilizados formalmente nos processos de regionalização geográfica, política e administrativa do país. Tem-se a hipótese de que, embora essa territorialização tenha sido feita no século XX, ela se valeu de práticas semelhantes às do Período Colonial, quando foram implantadas as capitânicas hereditárias para a colonização do território brasileiro: a partilha dessa faixa do espectro foi feita seguindo um modelo semelhante ao das sesmarias, no qual uns poucos privilegiados receberam – do rei no sec. XVI e do Estado no século passado – um bem para explorá-lo. Explicitamente, essas donatárias tinham o propósito de ocupar e integrar o território, mas implicitamente estavam à serviço do capital, como se verá adiante. Ainda que essas propriedades não lhes pertencessem, nem aos seus descendentes, que também tinham

³ Participaram os programas das universidades Federais do Ceará (UFC), Roraima (UFRR), Mato Grosso (UFMT), e Espírito Santo (UFES); da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e da Universidade de Sorocaba (Uniso).

direito de explorá-las, os donatários podiam recorrer a sesmeiros para tirar mais proveitos econômicos dessa benesse (BUENO, 1999). As sesmarias estão na origem do latifúndio da terra no Brasil. E sua reprodução no céu criou também os latifúndios do ar (CALDAS, 2011).

O aprofundamento de tais questões está na pesquisa propriamente, mas alguns apontamentos sobre elas, bem como referenciais teóricos que as fundamentam, serão apresentados na segunda seção deste artigo. O que se pretende com ele, daí a razão do título, é chamar a atenção para o quanto a ideia que embasa a pesquisa foi enriquecida pelos relatos das experiências dos participantes das Rodas de Conversa que compuseram a disciplina integrada e que será tema da terceira seção. Tais encontros mostraram a necessidade de ampliar um pouco o foco da pesquisa, até aqui muito centrada no poder dos atores hegemônicos na utilização desses territórios, sem dar a merecida atenção para o fato de que, assim como há a hegemonia dos “capitães-mores”, há também resistências. A experiência dessa atividade da disciplina Comunicação e Territorialidades foi registrada em episódios da série de Podcast PapoCom, produzida em 2021 pelo PraxisJor, grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFC⁴. Assim o material serviu de fonte documental (MOREIRA, 2017) para a presente reflexão.

Com base na experiência da disciplina, o que inclui as Rodas de Conversa, a própria noção de poder ganhou outra dimensão. Conforme Raffestin (1993, p. 52), “o poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares.” De acordo com o geógrafo suíço, amparado em Foucault, o poder se manifesta nas relações, é “um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). Outro geógrafo, Saquet (2007), também recorre à Foucault ao tratar das relações de poder e dos significados do conceito de território. Segundo ele, o poder não é uma instituição, mas fruto das relações, é produzido a cada instante: “Onde há poder há resistência [...] Isso significa o caráter estritamente

⁴ Podcast semanal com a participação de pesquisadores e profissionais de Comunicação para debater pesquisas e temas da área e suas repercussões para a sociedade. Disponível em <https://ppgcom.ufc.br/pt/podcast-papocom/> Acesso em 26 mai 2022.

relacional das relações de poder [...] Estes pontos de resistência estão na trama do poder” (FOUCAULT, *apud* SAQUET, 2007, p. 33).

E as Rodas de Conversa apresentaram iniciativas de comunicação exemplares desses pontos de embate entre hegemonia e contra hegemonia capilarizados pelo país. Em cinco encontros, 31 comunicadores, agrupados conforme suas regiões de atuação, relataram experiências de cerca de três dezenas de iniciativas no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste – regionalização adotada em 1970 e que já não atende as novas realidades geográficas do país, de acordo com Cazzolato (2020) – e expuseram essa relação de forças, embora nem todas se posicionem dessa forma.

É, portanto, sobre a resistência presente nos territórios simbólicos criados com a distribuição dos sinais de radiodifusão pública que se quer chamar a atenção.

(Des)Territorializações

O espectro eletromagnético é formado pelas oscilações dos campos elétrico e magnético, resultantes das irradiações refletidas do universo para a Terra. Tais irradiações se propagam no vácuo à velocidade da luz em ondas que se distinguem entre si pela amplitude, frequência e comprimento. Dos sete tipos de ondas que formam o espectro, as de rádio são de menor frequência e maior comprimento. Medidas em hertz, unidade de frequência expressa em vibrações por segundo, elas ocupam estreita faixa, entre 3 KHz e 300 GHz, e são utilizadas para diversos tipos de comunicação, como controle do tráfego aéreo e marítimo, satélites, telefonia celular e radiodifusão de som e imagem. É por onde são distribuídos os sinais abertos das emissoras de televisão e rádio, como é possível constatar no site da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

As atribuições das faixas adequadas a cada serviço são definidas em acordos e tratados internacionais pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) e a cada país compete administrar as faixas que lhes são atribuídas. No Brasil, o encargo é da própria Anatel, que tem responsabilidade apenas pelo gerenciamento do sistema, pois as concessões ainda são atributos do Poder Executivo Federal, embora tenham que passar pela aprovação do Legislativo Federal, segundo Lima (2011).

Foi possível observar que a forma de partilha desses sinais para a radiodifusão não acompanha nenhum outro tipo de recorte utilizado institucionalmente na organização política, administrativa, geográfica e social do país. Divisas de estados, limites entre municípios, bacias hidrográficas, topografia ou mesmo proximidade sociocultural no uso dos espaços urbanos, presentes em outros recortes, não são fatores levados em consideração na distribuição das áreas de cobertura das emissoras abertas de televisão, como se pode constatar no exemplo que aparece mais adiante. Criam-se, com isso, territórios de produção, distribuição e consumo de bens simbólicos demarcados por um poderoso meio de comunicação, que faz sua própria geografia, estabelecendo novos contornos em determinados espaços. Ou seja, desterritorializa e territorializa simultaneamente – (des)territorializa.

O pressuposto de que novos territórios são criados com a distribuição dos sinais de radiodifusão toma por base principalmente as teorias de dois autores, o sociólogo John B. Thompson e o geógrafo Milton Santos. Thompson (1998) afirma que para entender o impacto de novas redes e fluxos de comunicação é preciso considerar que o uso dos meios de comunicação de massa implica em novas formas de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento dos indivíduos. “É, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais os conteúdos simbólicos são produzidos e intercambiados no mundo social” (THOMPSON, 1998, p. 19). O autor enfatiza a importância da produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas, equiparando a atividade simbólica com a atividade produtiva como características fundamentais da vida social.

Considerando as concepções de Thompson (1998), a leitura de Milton Santos (2005) reforça a percepção dessa (des)territorialização pela radiofrequência. Segundo ele, o território em si não constitui uma categoria de análise, mas sim o território usado, sinônimo de espaço humano, habitado. Mesmo a análise das relações econômicas deve ser vista nesse contexto.

É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje, novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através

daquilo que estou chamando de horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 2005, p. 256).

A organização do espaço é transformada com o movimento da sociedade, que cria “novos pontos de partida para um novo movimento” (SANTOS, 2006, p. 69). Segundo Santos (2006, p. 173), os espaços globais apresentam diferentes cargas de conteúdos técnico, informacional e comunicacional, ou seja, “os lugares pois se definem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade comunicacional, atributos que se interpenetram e cuja fusão os caracteriza e distingue”.

Esses “novos recortes” resultantes da (des)territorialização televisiva são perceptíveis quando se atenta para a forma como é organizada a distribuição dos sinais da televisão aberta no Brasil.

Conforme dados divulgados pelo site Wikivand⁵ a partir das informações da Anatel, em 2016 havia 545 geradoras e 13.630 retransmissoras de TV no Brasil. Essas concessionárias, assim denominadas por se tratar de um serviço de concessão pública, organizam-se em redes nas tarefas de gerar e distribuir sua programação. Existem no Brasil 41 redes nacionais de TV, considerando-se públicas e privadas, que se organizam em geradoras, afiliadas e associadas. As primeiras são as principais e produzem todo o conteúdo nacional. As afiliadas repassam o sinal da emissora, mas, para atender ao que estabelece o artigo 2221 inciso III da Constituição Federal, precisam produzir conteúdo regional. Já as retransmissoras apenas repetem os sinais gerados por ambas, exceção daquelas localizadas na Amazônia Legal⁶, que têm permissão para fazê-lo:

Fora da Amazônia Legal, as retransmissoras apenas captam os sinais enviados pelas geradoras via satélite e retransmitem a programação para a população local, sem interferir no conteúdo. São apenas equipamentos ligados a uma antena. Mas, na Amazônia, elas ganham vida. Têm logomarca, estúdio, apresentadores, repórteres e dinheiro entrando no caixa com a venda de anúncios. É praticamente impossível quantificar, com precisão, o tamanho desse mercado, porque emissoras fecham e reabrem segundo as oscilações da economia e o grau de interesse de políticos em mantê-las em funcionamento quando deficitárias (LOBATO, 2017, p. 16).

⁵ Disponível em: <http://www.kikiwand.com.pt> Acesso em: 26 mai 2022.

⁶ Formada por nove estados – Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Pará, Tocantins e parte do Maranhão – que somam 5 milhões de km², 59% do território brasileiro.

Com isso, demonstra Elvira Lobato (2017), em estados com maior dinamismo econômico, sobretudo Pará, Maranhão, Rondônia e Mato Grosso, cidades pequenas, com até 50 mil habitantes, chegam a ter duas ou mais emissoras produzindo programação local. Uma realidade distinta do que ocorre no restante do país.

Levantamento feito por Pieranti (2018) sobre a distribuição geográfica das estações de televisão aponta que mais de 73% das 772 cidades da Amazônia Legal, nas quais residem 91% dos 27 milhões de habitantes daquela área, contam com emissora local. Nos outros 4.798 municípios brasileiros apenas 4,94% das cidades, onde vivem 46,50% da população, têm alguma emissora. Isso significa que mais de 100 milhões de pessoas residem em cidades que estão recebendo sinais locais de televisão de um outro município com o qual muitas vezes não mantêm qualquer tipo de ligação. “Se na Amazônia Legal o cenário poderia ser chamado de quase universalização, fora dela a TV local ainda está distante da maior parte da população” (PIERANTI, 2018, p. 13). Para grande parte da população brasileira, o noticiário local dos telejornais traz notícias de lugares (SANTOS, 2006) que não lhes dizem respeito.

Nota-se que essa dissintonia não fica restrita às telas do aparelho de TV. Ao destacar a amplitude da interferência promovida pela televisão na sociedade, Pierre Bourdieu (1997) afirma que esse poderoso meio de produção simbólica impacta a comunicação, sobretudo o fazer jornalístico, transformando também o campo em sua volta.

O que conta em um campo são os pesos relativos: um jornal pode permanecer absolutamente idêntico, não perder nenhum leitor, não mudar em nada e ser, no entanto, profundamente transformado porque seu peso e sua posição relativa no espaço se acham transformados. Por exemplo, um jornal deixa de ser dominante quando seu poder de deformar o espaço à sua volta diminui e ele já não dita mais a lei (BOURDIEU, 1997, p. 60).

Observa-se assim que a instalação de uma emissora de televisão em um município impacta outras mídias, que são obrigadas a se reposicionarem frente a esse poderoso concorrente, algumas revendo sua área de circulação, no caso dos meios impressos, ou mesmo buscando nichos de mercado, como acontece com emissoras de rádio, sempre

tomando como referência a cobertura televisiva, definindo-se assim territórios onde há muita competitividade na produção e distribuição de bens simbólicos.

Mas são territórios onde há também muitos sinais trocados. Em uma pesquisa sobre como o que é chamado de “territórios midiáticos” pode contribuir com o desenvolvimento regional, Batista, Kamimura e Carniello (2018) fazem um cruzamento entre as emissoras existentes no estado de São Paulo e as 15 Regiões Administrativas (RA) nas quais o governo do estado divide seu território geográfico. A conclusão foi a de que em 14 delas os “territórios midiáticos” extrapolam os limites da região administrativa. Citando como exemplo a TV Vanguarda, afiliada da Rede Globo, sediada em São José dos Campos e Taubaté, com uma área de cobertura que vai além dos limites da RA e chega até Bragança Paulista, concluem:

Ressalta-se aqui que a Região Bragantina não pertence à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e sim, à Região Administrativa de Campinas, onde estão inseridas outras redes comerciais de TV aberta, cuja área de cobertura não envolve municípios da Rede Vanguarda. Dessa forma, presume-se que a cobertura regional feita pela emissora não atende de forma efetiva às necessidades da Região Bragantina da mesma forma que as notícias daquela localidade não interessam aos telespectadores que acompanham a programação no Vale do Paraíba (BATISTA; KAMIMURA; CARNIELLO, 2018, p. 141).

Fenômenos como esse se repetem em boa parte do território nacional, tendo em vista que somente as quatro maiores emissoras – Globo, Record, SBT e Bandeirantes – conseguem estar presentes na maioria dos municípios. São essas emissoras que pautam a programação regional de suas afiliadas capilarizadas pelo país e redefinem os limites e fronteiras anteriormente estabelecidos em outras regionalizações institucionais.

Latifúndios do ar

A capacidade de grandes emissoras criarem territórios sem dúvida é facilitada pelos avanços tecnológicos que propiciam aos meios de comunicação utilizar cada vez mais os recursos técnicos de que dispõem, com a acelerada urbanização do país e com a globalização e seu forte impacto sobre as telecomunicações (AGUIAR, 2016). Contudo, a origem dessa habilidade, e suas consequências, pode ser identificada na maneira como

historicamente o Estado faz a gestão das ondas de rádio públicas do espectro eletromagnético, como vem sendo possível observar em nossos estudos.

Foi o autoritarismo, e não a democracia, que esteve, desde os primórdios, na base do sistema jurídico e político das concessões de rádio e TV no Brasil. Lá estão, bem delineados, a ampla discricionariedade administrativa, a assegurar a outorga para a prestação do serviço sem critérios públicos e isonômicos; o paternalismo estatal, a justificar o direcionamento da programação em nome da defesa dos interesses coletivos; e, por fim, permeando toda essa teia jurídica e seus corolários políticos, o princípio da autoridade, a justificar, especialmente, uma estrutura administrativa hierárquica e centralizada, marcada pela falta de transparência e pela ausência de canais institucionais de participação em seus procedimentos decisórios (CARVALHO, 2013, p. 248).

Seguindo por essa linha, recorrer à Venício de Lima (2011) ajuda a compreender ainda melhor a questão. Conforme o autor, desde a década de 1930 o Estado brasileiro optou por um modelo que privilegia a atividade privada, comercial, ao invés da pública. “É mais ou menos uma curadoria: compete à União a exploração de um serviço que é delegado para operação e administração de terceiros” (LIMA, 2011, p. 28).

Nem o principal instrumento jurídico nesse campo, a lei 4.117, de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Comunicação, nem a redemocratização do país mudaram este cenário. Ao pesquisar sobre as concessões de rádio e TV durante o governo de José Sarney, entre 1985 e 1989, Maria das Graças Caldas (2011) constatou que, mesmo depois da Constituição de 1988 e do aumento da pressão dos movimentos sociais nesse sentido, as expectativas de uma política democrática de comunicação se esvaíram.

Apesar de alguns grupos organizados da sociedade tentarem empurrar a história na direção de uma mudança nas relações de poder, os poucos avanços registrados uma década após a instalação da Nova República indicam que ainda falta muito para que se estabeleça de fato uma política democrática de comunicação. O latifúndio da terra foi ampliado com o latifúndio do ar, onde o coronelismo da enxada e voto se expandiu e se modernizou, transformando-se no coronelismo eletrônico. (CALDAS, 2011, p. 176).

Na constatação da autora, observa-se a demanda por compreender o que são os latifúndios, bem como aprofundar-se no processo de sua formação no Brasil. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), latifúndios ocupam quase 50% da área rural brasileira, embora apenas 0,7% das propriedades tenham

mais que 2.000 hectares, 20 km², o que caracteriza um latifúndio no Brasil, como indica Westin (2020).

E as origens do latifúndio estão no sistema de capitânicas hereditárias. Referindo-se aos apontamentos feitos por Ruy Cirne Lima, Faoro (1976, p. 123) afirma que

A monarquia lusitana, nessa tarefa de povoar o território imenso, encontrou nas arcas de sua tradição, um modelo legislado: as sesmarias. “A história territorial do Brasil” – dissera o mais profundo pesquisador jurídico sobre o assunto – começa em Portugal. É no pequeno reino peninsular que vamos encontrar as origens remotas do nosso regime de terras.

Um estudo de Duarte Junior (2003, p. 3) sobre os sesmeiros e posseiros na formação histórica e econômica de São Paulo dá conta de que

A suspensão das concessões de sesmarias assinalou, em termos, a morte do regime sesmarial, mas foi triste o seu fim porque, na análise de Costa Porto, deixou como herança uma grave distorção, pois, “...enquanto no Portugal dos fins do século 14, a prática do sesmarismo gerou, em regra, a pequena propriedade, no Brasil foi a causa principal do latifúndio”.

O autor aponta que as aspas de Costa Porto contêm um fundo de verdade, ainda que essa veracidade seja discutível. Porém é indiscutível que a grande propriedade sempre foi privilegiada no uso da terra no Brasil. Segundo João Pedro Stédeli (2012), após muita polêmica sobre o assunto já há consenso de que o modelo de produção agrícola adotado no país foi o da *plantation*, expressão inglesa que designa a forma de organizar a produção em grandes fazendas de áreas contínuas, especializadas em uma única cultura.

Até 1850, quando D. Pedro II assinou a Lei 601, a Coroa era proprietária das terras e concedia o direito de uso delas, seguindo o modelo adotado no tempo das capitânicas com as sesmarias. “A característica principal dessa lei foi implantar pela primeira vez a propriedade privada das terras no Brasil” (STÉDELI, 2012, p. 22-23). “O imperador optou oficialmente por ter as terras divididas em latifúndios e não em pequenas propriedades” constatou Westin (2020, s/n) em sua reportagem, elaborada com base em documentos do Arquivo do Senado e dando uma pista dos interesses por trás dessa decisão: a maioria dos senadores que aprovaram a lei tinha posse de grandes extensões de terra (WESTIN, 2020).

Observando-se a maneira como têm sido concedidas as ondas de rádio no território brasileiro, é possível levantar a hipótese – que será testada na pesquisa de doutorado em desenvolvimento – de que a opção seguida para o loteamento do ar acompanhou a prática adotada no loteamento da terra, apesar dos quase 500 anos que separam um processo do outro. A “curadoria” do Estado à qual se refere Lima (2011) permitiu que a exploração das ondas eletromagnéticas no Brasil fosse feita sem a menor transparência e de forma nada democrática. “Na verdade, desde os decretos que iniciaram a regulação da radiodifusão [...] não houve preocupação do legislador com a concentração da propriedade no setor” (LIMA, 2011, p. 85)

As concessões de terras e de ondas de rádio seguiram uma trajetória parecida ao longo da história. O poder de atribuí-las era legado ao El Rei e ao Presidente da República; a propriedade continuava – e no caso da radiodifusão ainda continua – em poder da Corte ou do Estado, mas os beneficiários tinham total direito de uso; havia uma finalidade explícita, a ocupação do território ou a integração nacional, mas implicitamente estavam à serviço do capital – no caso das capitânicas, ao expansionista mercantilismo comercial, como pontua Stédéli (2012); no caso das ondas sonoras, ao capitalismo de mercado, observa Caldas (2011). Outras semelhanças podem ser identificadas nos dois processos, como uma lista de exigências aos donatários, a especificação do uso a ser dado à donataria, os interesses políticos e religiosos por trás das concessões, entre outros.

Apesar de, neste primeiro quartel do século XXI, verificarem-se sinais de uma regionalização midiática decorrente do processo de globalização, que despertou a atenção para as cidades pequenas e médias agora interconectadas (AGUIAR, 2016), os resquícios das capitânicas hereditárias continuam no ar: o maior poder de comunicação ainda está em mãos de um restrito grupo de emissoras geradoras, que detém os direitos pela exploração da radiodifusão desde meados do século passado. Elas estão presentes como cabeças de rede, em muitos dos 29 grupos de comunicação e três empresas controladoras dos 50 jornais de maior circulação do Brasil identificados por Sonia Aguiar (2016).

Muito embora o foco do levantamento de Aguiar (2016) tenha sido os jornais impressos, parte significativa das empresas donas desses jornais é proprietária de redes regionais de televisão; este é o caso da Rede Bahia, que tem seis emissoras afiliadas à

Globo no estado, do grupo RBS, com 18 emissoras de TV aberta nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, todas afiliadas à Globo, assim como as oito emissoras da Rede Paranaense de Comunicação que atua no estado do Paraná. São uma espécie de sesmeiros dos capitães-mores. Ou seja, assim como na terra, os latifúndios continuam no ar.

Territórios da resistência

Conforme Aguiar (2016, p. 104), os novos arranjos e inter-relações dos grupos de mídia brasileiros resultam de vários movimentos que ocorrem concomitantemente, a começar dos impactos da globalização do capitalismo “que afetam a ordenação do território brasileiro e a organização dos mercados internos de consumo”. O avanço das tecnologias digitais também faz parte desse processo. Mas não é somente a mídia hegemônica quem dele se beneficia, como se pode destacar nesta fala de Caique Pinho Souza, fotojornalista do Conselho Indígena de Roraima (CIR)⁷, durante a Roda de Conversa que reuniu comunicadores do Norte:⁸

Usar tecnologia dentro das comunidades hoje é uma realidade bastante difusa e todos os dias a gente se surpreende com a quantidade de informações que é gerada dentro da comunidade. E principalmente o uso do drone hoje é uma realidade dentro das comunidades (Informação verbal).

83

De etnia uapixana, Souza relatou que o drone é utilizado principalmente para monitorar os garimpos ilegais e fazer fotos. Uma delas, de sua autoria, foi publicada na Folha de S.Paulo e depois disso ele passou a ser seguido e a sofrer ameaças de morte.

Em Santa Catarina, as ameaças envolvendo a tecnologia foram de outra ordem. O portal Catarinas⁹, de Florianópolis, que se apresenta como feminista e tem suas principais

⁷ O Conselho Indígena de Roraima foi criado em 1970 com objetivo de lutar pela garantia dos direitos constitucionais dos povos indígenas daquele estado, com atuação regional, nacional e internacional. Ver <http://www.cir.org.br>

⁸ Roda de Conversa Iniciativas de Comunicação das Periferias do Norte, realizado em 8 de maio de 2021, durante a disciplina Comunicação e Territorialidades. O encontro foi coordenado pela professora Lisiane Aguiar da UFRR e contou com a participação dos comunicadores Benjamin (La Mochila Imigrante), Caique Pinho Souza (CIR), Elisa Coimbra, Emily Costa (Amazônia Real), Emmily Melo (Orinoco) Marcia Elisabeth Fernandes (CIR), Tainá Aragão, Vangela Moraes (Somos Migrantes), Thiago Briglia (Buriti) e Vanessa Vieira (Correio do Lavrado).

⁹ <http://catarinas.info>

pautas focadas em questões de gênero e movimentos sociais, ficou sete dias fora do ar após sofrer um ataque cibernético. A suspeita da jornalista Paula Guimarães, uma de suas fundadoras, é a de que a causa tenha sido a posição do Catarinas em relação ao PL 5.435, conhecido equivocadamente como “bolsa estupro”, que garante assistência às vítimas de abusos sexuais. Outros atores independentes, como os sites Ponte Jornalismo, Repórter Sem Fronteiras e Instituto de Tecnologia Social, do Rio de Janeiro, auxiliaram no reestabelecimento da rede. “Agora temos que investir em segurança” (Informação verbal), relatou Paula Guimarães durante a Roda de Conversa do Sul.¹⁰

Esses dois são exemplos extremados do que ocorre entre o Oiapoque e o Chuí no que diz respeito aos embates de atores da comunicação agindo em busca de outra lógica de mercado comunicacional, embora nem todos se mostrem arredios às regras mercadológicas impostas pela competitividade empresarial. A fala da jornalista Livia Lima, da empresa jornalística Nós, Mulheres de Periferia, de São Paulo¹¹, registrada no podcast Comunicação e Territorialidades Sudeste¹², sintetiza várias das opiniões manifestadas nesses encontros.

Somos veículos de mídia, competimos no mercado de mídia e fazemos jornalismo profissional, que é o que a gente acredita. Por isso saiu da noção de coletivo, porque ele sempre está em nossas ações. Mas a gente se reconhece como empresa jornalística no sentido de estarmos produzindo, estamos querendo manter a sustentabilidade. A gente reformulou muitas das coisas da linha editorial e pra tornar mais visível, vai lançar uma campanha (Informação verbal).

Cada uma dessas iniciativas tem uma forma de se organizar e de se autodenominar. Por exemplo, oito delas foram apresentadas como site ou portal, sete

¹⁰ Roda de Conversa Iniciativas de Comunicação das Periferias do Sul realizada em 24 abril de 2021, durante a disciplina Comunicação e Territorialidades. O encontro foi coordenado pelos professores Paula Melani e Rafael Schoenher da UEPG e contou com a participação dos comunicadores Alexandre Palmar (H2Foz), Andressa Kilibarda (Jornal Ibia) Melissa Maciel (Rádio Maristela), Paula Guimarães (Portal Catarinas), José Renan Valin (TN On line) e Luis Carlos Dzulinki (Associação Rádios Comunitárias do PR). Encontro registrado no episódio 42 do Papo Com.

¹¹ <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/>

¹² Roda de Conversa Iniciativas de Comunicação do Sudeste realizada em 6 abril de 2021, durante a disciplina Comunicação e Territorialidades. O encontro foi coordenado pela professora Mara Rovida da Uniso e contou com a participação dos comunicadores Aline Rodrigues (Periferia em Movimento), André Fernandes (Agência Notícias da Favela), Geisiane Teixeira (Ponto de Cultura Varal), Livia Lima (Nós Mulheres da Periferia) e Wagner de Alencar (Agência Mural da Periferia). Encontro registrado no episódio 39 do PapoCom.

como agências de notícias e ou produtoras, duas como coletivos e uma como empresa jornalística. Três dos participantes eram ligados a associações voltadas à causa indígena – além de dois representantes do CIR presentes à Roda de Conversa do Norte, também participou o idealizador da Associação Cultural de Realizadores Indígenas de Mato Grosso do Sul (Ascuro), o designer gráfico e vídeomaker Gilmar Galache, na Roda de Conversa do Centro-Oeste¹³. Demonstrando a fluidez das nomenclaturas dessas iniciativas, ao detalhar o trabalho da Ascuro, ele disse tratar-se de um coletivo.

Terena do pantanal mato-grossense, Galache esteve na Bolívia fazendo um curso de cinema, que tinha como foco o fortalecimento dos povos indígenas andinos, e isso mudou sua vida. Segundo ele, sua aldeia está tão conectada com o mundo e lá também estão acostumados a filmes “tipo Robocop, Rambo, Spielberg”, mas os bolivianos tratam a questão indígena de forma diferente, o que o fez perceber que os terenas têm seu modo de narrar e, portanto, a narrativa audiovisual deveria ser outra e não o modelo *mainstream* ao qual a aldeia está acostumada. Surgiu daí a ideia de criar a associação, como Gilmar Galache deixou registrado na Roda de Conversa do Centro-Oeste:

Então a gente percebeu que o nosso jeito de contar história não tem muitas das coisas que tem no cinema dominante, que é o ponto de giro, a jornada do herói, o personagem principal, o protagonista, o vencedor. A gente tem uma história que conta momentos de vida com relação a, por exemplo, importância da água, onde o personagem principal é a água e não alguém, uma pessoa. Então a gente começa a trabalhar dessa forma e vem até hoje (Informação verbal).

Desde 2008 a Ascuro¹⁴ tem um canal no Youtube, onde posta seus documentários. São cerca de 80 peças audiovisuais e seus realizadores não são remunerados por esse trabalho, “*mas a força que a gente tem em espiritualidade hoje, depois de dez, 11 anos de trabalho, é muito forte*”, defende Gilmar Galache (Informação verbal).

¹³ Roda de Conversa Iniciativas de Comunicação do Centro-Oeste realizada em 22 de maio de 2021, durante a disciplina Comunicação e Territorialidades. O encontro foi coordenado pela professora Tamires Coelho da UFMT e contou com a participação dos comunicadores Antonio Costa (ZakNews), Geremias dos Santos (Abraço), Gilmar Galache (Ascuro), João Negrão (Expresso 61), Marianna Marimon (Cidadã(o). Cultura) e Mylena Fraiha (Badaró). Encontro registrado no episódio 45 do PapoCom.

¹⁴ <https://ascuro.org/>

Essa falta de recursos muitas vezes é desanimadora, na opinião da jornalista Mariana Marimon que em 2016 lançou o portal Cidadã(o) Cultura¹⁵ com o propósito de valorizar a arte, os artistas e a cultura mato-grossense e disse que muitas vezes pensou em parar. *“São cinco anos levando esse site nas costas porque não temos um site comercial, ninguém recebe salário pra fazer o que faz [...] muitas pessoas falam do site, incentivam a gente, mas financeiramente não é viável infelizmente”* (Informação verbal). Porém, é essa repercussão junto à comunidade e o estímulo recebido que não a deixam desistir.

Em Roraima, a jornalista Vanessa Vieira vive situação parecida: editora do Correio do Lavrado¹⁶, jornal digital há dois anos no ar, ela não ganha um centavo pelo seu trabalho. Mas deixou as redações, onde atuou por mais de uma década, para lançar o veículo, junto com um amigo, focado na região do Lavrado onde vive. A subsistência fica por conta dos “frilas” que faz, facilitados pelo conhecimento adquirido no mercado – em 2013 fez o curso Focas, do jornal O Estado de S. Paulo, do qual colhe frutos até hoje – e seus trabalhos sobre migração lhe valeram recentemente uma bolsa na Universidade de Columbia. *“É muito difícil pra mim ainda, principalmente a questão financeira. Mas felizmente eu tenho apoio familiar que me permitiu isso. Sei que não é todo mundo que tem essa possibilidade, mas eu me joguei”*, contou Vieira (Informação verbal).

86

Contudo, essas iniciativas que correm por fora dos grupos midiáticos convencionais também geram empregos e muitas tornam-se uma opção profissional, principalmente para jornalistas.

O Nós, Mulheres da Periferia, que surgiu em 2014 como uma ação coletiva, hoje é o emprego fixo de quatro das sete profissionais que ali atuam. A Agência Mural de Jornalismo das Periferias, criada em 2018 com um financiamento coletivo, tem uma equipe de 13 pessoas com remuneração fixa e 60 correspondentes espalhados por 32 distritos da cidade de São Paulo e 15 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, todos remunerados conforme a produção. Seu embrião começou em 2010, com um curso de Jornalismo Cidadão ministrado no Brasil por um jornalista da BBC de Londres, que ganhou bolsa do Instituto Internacional de Jornalismo com essa finalidade. O curso abriu

¹⁵ <https://www.cidadaocultura.com.br/>

¹⁶ <https://correiodolavrado.com.br/>

portas para a criação de um blog de correspondentes da periferia de São Paulo hospedado na Folha de S.Paulo, onde surgiu o blog Mural, coletivo de ideias embrionário da Agência Mural¹⁷, como contou o seu cofundador, o jornalista e doutorando em Educação Wagner de Alencar (Informação verbal).

O Portal H2Foz,¹⁸ de Foz do Iguaçu, emprega 12 pessoas, mas funciona com o espírito da cooperativa que embasou sua criação em 2003, lembrou Alexandre Palmar, um dos fundadores. Na busca pela fixação do site no mercado, foi preciso mudar as linhas editoriais dos dois sites que lhe deram origem – um voltado para o turismo, outro mais militante – e os resultados vieram com novos meios de sustentabilidade. *“Hoje a gente tem de tudo: tem mídia programática, banners da iniciativa privada, banners de órgãos públicos, informe publicitário devidamente identificado”* detalhou Palmar (Informação verbal).

André Fernandes, da Agência de Notícias das Favelas,¹⁹ do Rio de Janeiro, vai ainda mais longe no aspecto de profissionalização e até mesmo no embate com a mídia hegemônica. Hoje a agência, que surgiu em janeiro de 2001, tem uma produtora de vídeo, uma agência de pesquisa, um jornal impresso, A Voz da Favela, e fatura com a publicidade *out of home* dos espaços para cartazes que mantém em favelas do Rio de Janeiro e mais 13 estados. Todo lucro vai para uma ONG que mantém a agência. Como comentou Fernandes durante a Roda de Conversa do Sudeste: *“Essa contra hegemonia que a gente queria fazer com essa comunicação comunitária não ia se dar se não estivéssemos falando de igual pra igual. Não consigo acreditar em uma contra hegemonia sem números por exemplo”* (Informação verbal).

Levantando a voz

Não há, como se constata, homogeneidade nas formas de organização, atuação ou uma linha única de pensamento estratégico dessa resistência que campeia solta por esses territórios demarcados pela geografia própria da televisão. O que a homogeneiza

¹⁷ www.agenciamural.org.br

¹⁸ www.h2foz.com.br

¹⁹ www.anf.org.br

parece ser um certo desencanto com a assimetria com que a grande mídia trata as questões periféricas.

Gessika Costa, que mora na zona sul de Maceió num bairro próximo a um complexo de favelas, disse que desde quando se formou em jornalismo, em 2015, teve vontade de montar alguma coisa do “*lado de cá*” (Informação verbal) do território, mas teve que ir para o mercado. Em 2019, relembrou durante a Roda de Conversa Nordeste²⁰, após uma greve de jornalistas que resultou em uma centena de demissões, a ideia foi posta em prática com o coletivo O que os olhos não vêem, que usa o Instagram²¹ como plataforma. “*A gente não quer combater o jornalismo, porque não é uma guerra, mas fazer diferente*”, afirmou Gessika Costa (Informação verbal).

Jornalista, com 38 anos de profissão, João Negrão trabalhou como repórter e editor em vários veículos de comunicação de Brasília e Cuiabá e chegou a ser secretário de Comunicação de Mato Grosso. Nesse tempo todo, disse ter tentado equilibrar seu posicionamento político com as exigências profissionais, mas uma hora não deu; nasceu aí o Expresso 61, jornal digital diário sediado em Brasília²². “*Não que tivesse estrutura, mas para manter a sanidade*” comentou Negrão, deixando clara a linha editorial do jornal: “*Os movimentos sociais raramente têm um veículo para expressar voz*” (Informação verbal).

Em Roraima, a questão migratória motivou iniciativas para desconstruir a imagem estereotipada, alimentada pela mídia convencional, sobre a presença de venezuelanos, que impactaram o lado brasileiro de uma região fronteiriça: a professora da UFRR, Vângela Moraes, lançou a plataforma Somos Migrantes²³, com uma vertente jornalística forte, mas que também faz campanhas assistenciais para atender aos migrantes e conta com a participação dos alunos, tanto que ela fez um projeto para tornar isso tudo formalmente uma ação extensionista da universidade. Benjamim, um venezuelano que

²⁰ Roda de Conversa Iniciativas de Comunicação do Nordeste realizada em 20 de março de 2021, durante a disciplina Comunicação e Territorialidades. O encontro foi coordenado pelo professor Edgar Patrício da UFC e contou com os comunicadores Gessika Costa (O que os olhos não veem), Léo Mascarenhas (Fala Dirceu), Léo Vilas Verde (Ag. Comunicação do Subúrbio) e Izabeli Macêdo (Miséria). Encontro registrado no episódio 36 do PapoCom.

²¹ <https://www.instagram.com/oqueosolhosnaoveemc/>

²² <https://expresso61.com.br/>

²³ <https://pt-br.facebook.com/pg/somosmigrantesrr/posts/>

migrou para o Brasil em 2016, fundou há dois anos a produtora audiovisual MastBenjamim, que ele chama de um coletivo de migrantes e não migrantes, para dar outra visão a esse processo. Por sinal, ele mudou para Roraima a convite da Platô Filmes, produtora criada pelo jornalista Thiago Briglia, que também participou da Roda de Conversa, outra iniciativa fora do circuito *mainstream* e que vem ocupando espaço nacional com documentários abordando questões amazônicas.

Enfim, as vozes de um outro Brasil se levantam para fazer uma comunicação fora dos padrões globais estabelecidos, mas sem perder de vista a realidade do mercado neoliberal: *“Somos um jornalismo de quebrada – hoje a gente se identifica muito bem com esse termo – que é um jornalismo de dentro pra dentro. Quem prevê que as ações prioritárias são os moradores. Eles são os especialistas, a pauta”* afirmou a jornalista Aline Rodrigues (Informação verbal), cofundadora da Produtora de Jornalismo de Quebrada Periferia em Movimento²⁴, de São Paulo, relatando ser prioridade do grupo as narrativas e demandas periféricas.

Reverberar a voz dos seus também levou o relações públicas Leonardo Mascarenhas a lançar o portal Fala Dirceu²⁵, há quatro anos no ar, criado com o propósito de acompanhar as atividades do Dirceu, bairro da zona sudeste de Teresina. A ideia surgiu de uma conversa com uma amiga, que se queixou da falta de informações sobre aquela comunidade onde vivia, estereotipada pela cobertura da mídia. Mas a empreitada virou muito mais que um portal. *“Não é só um espaço de comunicação, mas de pertencimento àquele meio”*, comentou Mascarenhas (Informação verbal). Como ele contabilizou, nesse tempo foram desenvolvidas 112 atividades, entre palestras e formação para crianças e o Fala Dirceu está presente em conselhos municipais. Agora estende os braços para o Sudeste, com o Fala Diadema.

Esta, por sinal, é uma das características presentes na grande maioria das iniciativas apresentadas nas Rodas de Conversa: as ações não se restringem especificamente ao fazer jornalístico e quase todas desenvolvem algum tipo de ação social, além da comunicação propriamente, nas comunidades em que atuam. Leo Vilas

²⁴ <http://periferiaemmovimento.com.br/>

²⁵ <https://www.instagram.com/faladirceu/?hl=pt-br>

Verdes disse que a Agência de Comunicação do Subúrbio²⁶, criada para reverberar a voz dos moradores do subúrbio ferroviário de Salvador e da qual foi um dos fundadores, não é uma produtora de comunicação propriamente, mas de “*agenciadores de ações populares*” (Informação verbal) que atuam em duas frentes, uma dando formação aos jovens da periferia e outra fazendo articulações em apoio às lutas dos movimentos sociais.

Algumas considerações

Como foi possível constatar pelos exemplos trazidos nas Rodas de Conversa, atividade da disciplina Comunicação e Territorialidades registrada em cinco episódios de 2021 do Podcast PapoCom – usados neste estudo como fonte documental (MOREIRA, 2017) –, embora demarcados pelo poder hegemônico, os territórios criados com a produção, distribuição e consumo de bens simbólicos também são espaços do poder da resistência, que nele atua e produz. “Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Essa constatação abriu novas perspectivas para a pesquisa de doutorado em desenvolvimento, por trazer foco para uma das especificidades nas relações de poder sem estereótipos do tipo Sansão e Goliás.

No território, existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, *no* e *com* o lugar e *com outros* lugares. Os elementos basilares do território, ou seja, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e as identidades interligam-se, fundem-se umas nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável. (SAQUET, 2007, p. 158. Grifos do autor).

Em um outro plano dessa multiescalaridade, foi possível observar nestas Rodas de Conversa a existência de um fazer solidário idêntico ao que Roviada (2020) identificou em sua pesquisa sobre o jornalismo das periferias, embora circunscrita à Região Metropolitana de São Paulo: ficou perceptível nesses encontros que aqui também ocorre o que a pesquisadora denomina Diálogo Social Solidário, conjugação entre a comunicação dialógica de Cremilda Medina e a solidariedade orgânica de Émile Durkheim, uma forma de interação social marcada pela interdependência entre esses

²⁶ <https://cipo.org.br/agencia-de-comunicacao-do-suburbio/>

profissionais. Ainda que não se conheçam, são formados em comunicação, compartilham dos mesmos valores profissionais, enfrentam os mesmos desafios, batalham por causas parecidas, enfim, estão juntos mesmo separados. Essa ação não se restringe aos contextos urbanos e vem ganhando corpo.

O jornalismo das periferias, como os próprios jornalistas da RMSP têm descoberto nos últimos anos, é um fenômeno em expansão que encontra ressonâncias em diversas localidades do Brasil. Não se trata, portanto, de uma prática restrita ao universo urbano que serviu de contexto para essa pesquisa, mas um movimento abrangente e, por muito tempo silencioso que começa a ser observado pelos próprios comunicadores assim como pelos pesquisadores da área (ROVIDA, 2020, p. 179).

Um indicador de que nos territórios simbólicos, a hegemonia do poder pode encontrar cada vez mais pontos de resistência de comunicadores que não se rendem aos preceitos da comunicação globalizante. Porque o território é a arena da oposição entre um mercado que singulariza e a sociedade civil generalizante.

Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar no início da História, ainda que nada seja como antes (SANTOS, 2005, p. 255).

Com todas essas contribuições, a pesquisa sobre os latifúndios do ar e os territórios simbólicos deles resultantes ganha outra dimensão. A experiência compartilhada pelos comunicadores presentes às Rodas de Conversa permitiu entender melhor ainda que o Poder, nome próprio, não pode ser compreendido sem que se considere o verbo resistir.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Radiofrequência**. Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/regulado/radiofrequencia> Acesso em 9 ago 2021.

AGUIAR, Sonia. **Territórios do Jornalismo – Geografia da mídia local e regional no Brasil**. Petrópolis RJ: Vozes, 2016.

BATISTA, Rosimara de Cássia da Silva; KAMIMURA, Quésia Postigo; CARNIELLO, Monica. Territórios midiáticos da TV aberta no estado de São Paulo e suas relações com o desenvolvimento regional. **Revista Parágrafo**, São Paulo, v. 6, set-dez 2018, p. 135-147.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 ago 2021.

BRASIL Decreto lei 4.117, de 27 de agosto de 1962. **Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações (1962)**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4117-27-agosto-1962-353835-norma-actualizada-pl.html>. Acesso em 10 ago 2021.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil – a saga dos primeiros colonizadores**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CALDAS, Maria das Graças. **O Latifúndio no ar: Mídia e Poder na Nova República**. Cátedra Unesco/Metodista: São Bernardo do Campo, 2011.

CARVALHO, Lucas Borges de. A política da radiodifusão no Brasil e seu marco legal: do autoritarismo ao ultraliberalismo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 264, set 2013, p. 245 – 277.

CAZZOLATO, José Donizete. Outras cartografias: por uma nova regionalização do Brasil. **Outras Palavras**. Disponível em <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/por-uma-nova-regionalizacao-do-brasil/?fbclid=IwAR1pHGt-ATrVC9pBuXU0R7RSRMo7jfhVir11HklJoyDmbeCLIZ0EfObdyc>. Acesso em 3 mai 2021.

DUARTE Junior, Leovigildo. **Sesmeiros e posseiros na formação histórica e econômica da Capitania de São Vicente, depois chamada São Paulo: das suas origens ao século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Unicamp, Campinas, 2003.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato político Brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1976.

LIMA, Venício Artur de. **Regulação das Comunicações: História, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.

LOBATO, Elvira. **Antenas da Floresta: A saga das TVs da Amazônia**. Objetiva: São Paulo, 2017.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2017, p. 269-279.

PIERANTI, Octavio Penna. A Distribuição geográfica das estações de TV no Brasil. **Revista FAMECOS**, v. 25, n. 3, set-dez 2018, p. 1-19.

RAFFESTIN Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROVIDA, Mara. **Jornalismo das Periferias – diálogo social solidário nas bordas urbanas**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

SANTOS, Milton. O retorno do Território. **OSAL – Observatório Social da América Latina**, n. 16, jun 2005. Buenos Aires, p. 251-261.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora USP, 2006.

SAQUET Marco Aurélio. **Abordagens e concepções do território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STÉDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**. Maringá: Expressão Popular, 2012.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

WESTIN, Ricardo. Há 170 anos, Lei das Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. **Jornal El País**, 16 de setembro de 2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-16/ha-170-anos-lei-de-terras-oficializou-opcao-do-brasil-pelos-latifundios.html> Acesso em 4 mar 2021.